

## País leva projeto de florestas para cúpula

*PP-G7 surgiu na Rio 92 e trouxe resultados positivos para a mata tropical*

LIANA JOHN

**C**AMPINAS – Um programa de cooperação internacional desburocratizado, capaz de atingir comunidades pequenas ou isoladas, reforçando iniciativas de desenvolvimento sustentável e conservação da Amazônia e da Mata Atlântica. Esta é uma breve tradução do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, um dos raros resultados positivos da Rio 92, que o Brasil leva para mostrar ao mundo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10).

Também conhecido como PP-G7, o programa é financiado pelos sete países mais desenvolvidos (G-7), União Européia e Países Baixos, com contrapartidas brasileiras, por meio de um fundo gerenciado pelo Banco Mundial: o Rainforest Trust Fund ou RTF. Os maiores contribuintes individuais são a Alemanha, responsável por 41%

das doações, e a União Européia, com 23%.

O primeiro esboço do PP-G7 saiu da reunião de cúpula do G-7 de 1990 e o anúncio oficial foi feito durante a Rio 92. Mas o programa só passou a existir de fato a partir de 1994 e ainda demorou alguns anos para encontrar um caminho próprio, driblando a burocracia, que costuma inviabilizar este tipo de cooperação, e tornando-se um exemplo raro de eficiência, financeira e ambiental. Inicialmente abrangia apenas a Amazônia, mas, desde a primeira avaliação de resultados, de 1999, a Mata Atlântica também foi incluída.

**Projetos** – Os recursos somam US\$ 280 milhões, num horizonte de US\$ 340 milhões, ao qual se pretende ainda chegar. Os recursos distribuem-se em 26 subprogramas e projetos, 6 dos quais finalizados. As ações se realizam por meio de órgãos do governo federal e de parcerias com gover-

nos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil.

“O PP-G7 teve um papel fundamental na estruturação de órgãos ambientais estaduais, na região amazônica”, diz Márcio Santilli, atual coordenador do programa. Ele destaca os casos do Acre e Amapá e da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso, que passaram a ter quadros técnicos com a capacidade

de inovar, propondo e executando políticas diferenciadas como as opções de desenvolvimento sustentável. Mesmo estados que não tinham nada, como o Amazonas, agora já

têm um mínimo de estrutura e capacidade técnica.

“O grande saldo positivo do PP-G7, porém, foi na parceria com a sociedade civil: são cerca de 200 projetos, que forjaram um capital social e garantiram acesso ao mercado de projetos, a associações, sindicatos e ONGs, antes sem condições de se organizar ou levar adiante suas propostas”, acrescenta Santilli. (AE)

**S**OCIEDADE  
CIVIL  
PARTICIPOU  
DE PLANO